



Relatório de Atividades e Contas

EXERCÍCIO DE 2024



MUSEU JOSÉ
LUCIANO
DE CASTRO





Índice

Relatório de Atividades	3
Perspetiva Global da Instituição	3
Área da Saúde	3
Área Social	4
Área Cultural	4
Perspetiva para o ano de 2025	4
Proposta de Aplicação de Resultados	4
Eventos Subsequentes	5
Informações Exigidas por Diplomas Legais	5
Agradecimentos	5
Demonstrações Financeiras	7
Balanço	7
Demonstração de Resultados	8
Demonstração de Fluxos de Caixa	9
Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Ativos Fixos Tangíveis	16
5. Ativos Intangíveis	18
6. Inventários	19
7. Rédito	19
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	20
9. Benefícios dos Empregados	20
10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	21
11. Outras Informações	22
11.1. Investimentos Financeiros	22
11.2. Créditos a receber	24
11.3. Outros ativos correntes	24
11.4. Diferimentos	26



11.5. Caixa e Depósitos Bancários -----	26
11.6. Fundos Patrimoniais -----	26
11.7. Financiamentos Obtidos -----	27
11.8. Fornecedores -----	28
11.9. Estado e Outros Entes Públicos -----	28
11.10. Outros Passivos Correntes -----	29
11.11. Fornecimentos e Serviços Externos -----	30
11.12. Outros Rendimentos -----	30
11.13. Outros Gastos -----	30
11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos e Suportados -----	31
11.15. Fluxos de Caixa -----	31
11.16. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes -----	31
11.17. Acontecimentos após a data do Balanço -----	31
Anexo Auxiliar -----	33
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo -----	33
2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior” -----	34
3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde -----	35
4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social -----	36
5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais -----	37
6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde -----	38
7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social -----	38



Relatório de Atividades

Perspetiva Global da Instituição

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2024 é negativo no valor de 99.636,65€, verificando-se uma diminuição de cerca de 230.000,00€ face ao período homólogo.

As vendas e prestação de serviços sofreram um aumento de aproximadamente 495.000,00€, por seu turno, as principais rúbricas de gastos continuam a ser “Gastos com Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos”.

	2024	2023
Vendas e serviços prestados	8.286.597,41 €	7.791.006,25 €
Subsídios, doações e legados à exploração	76.711,46 €	114.315,43 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 650.361,86 €	- 630.501,64 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.554.466,43€	- 2.281.745,52 €
Gastos com pessoal	- 4.947.722,92 €	- 4.633.012,10 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 17.396,52 €	- 722,02 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- 9,11 €	- €
Outros rendimentos	91.989,39 €	229.301,59 €
Outros gastos	- 183.406,78 €	- 253.486,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	101.934,64 €	335.155,21 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 196.979,32 €	- 195.307,33 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 95.044,68 €	139.847,88 €
Juros e rendimentos similares obtidos	209,52 €	244,77 €
Juros e gastos similares suportados	- 4.801,49 €	- 7.754,63 €
Resultado Antes de Impostos	- 99.636,65 €	132.338,02 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 99.636,65 €	132.338,02 €

Área da Saúde

A área da saúde continua a ser a atividade com maior expressão económica e financeira da Instituição, tendo a receita aumentado cerca de 300.000€ quando comparada com o período homólogo.

Da totalidade do valor apresentado na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, 3.027.761,95€ dizem respeito à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro e o montante de 1.492.145,88€ corresponde à faturação da Unidade de Cuidados Continuados à mesma entidade.

Importa sublinhar que o ano de 2024 foi o último do Acordo inicial de Cooperação celebrado com o Ministério da Saúde pelo período de 10 anos. Não tendo intenção de nenhuma das partes em fazer extinguir o mesmo, pressupõem-se que o mesmo se renovou por igual período. Na presente data ainda se mantêm as negociações do presente Acordo e das suas condições, sendo previsível que as mesmas estejam terminadas no decorrer do primeiro trimestre de 2025.



Área Social

Através de uma rápida análise à Demonstração de Resultados por Natureza podemos facilmente verificar que, comparando os dados de 2024 e 2023, se verificou um aumento de 9% na rubrica "Vendas e Serviços Prestados".

Área Cultural

Uma vez que esta área não apresenta receita, o seu resultado é composto por gastos em fornecimentos externos e gastos com pessoal.

Perspetiva para o ano de 2025

O principal objetivo da Instituição para o ano de 2025 passa pela manutenção das valências da Instituição num elevado padrão de qualidade dos serviços prestados mantendo a racionalização de custos que se vem verificando em anos anteriores.

Dada a redução de crianças a frequentar a valência de Pré-Escolar foi decidido pela Mesa Administrativa encerrar uma sala e consequentemente cessar contrato com uma educadora de infância e 2 ajudantes de ação educativa por forma a reduzir os custos associados a esta valência.

Uma vez que os gastos com o pessoal continuam a ser um dos custos com maior peso para a SCMA e não estando prevista uma redução dos mesmos, pretende-se rentabilizar ao máximo os meios existentes de modo a não colocar em causa a sustentabilidade financeira da Instituição.

As perspetivas para 2025, encontram-se vertidas no Plano de Atividades e Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

Nos últimos anos, o trabalho dos nossos funcionários tem sido reconhecido, pelo Estado com o aumento do salário mínimo nacional, a nosso ver é um aumento justo face ao trabalho desenvolvido por todos os funcionários, sendo regra desta Instituição aumentar todos os trabalhadores pelo mesmo diferencial e não só os que auferem o salário mínimo nacional.

No entanto implica um grande esforço financeiro da Instituição para fazer face ao elevado aumento de custos com pessoal. Neste sentido a Mesa Administrativa antecipa um enorme desafio no cumprimento dos objetivos estabelecidos no documento.

Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido negativo do período de 99.636,65€ evidenciado na apresentação das contas de 2024, propomos que seja levado à conta de "Resultados Transitados".



Eventos Subsequentes

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2024 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

- ✓ Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pela grande capacidade de adaptação a uma realidade completamente desconhecida e, agradece a sua disponibilidade, entrega e resiliência;
- ✓ Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- ✓ Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- ✓ Aos restantes Órgãos Sociais e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio demonstrado;
- ✓ Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que prestaram;
- ✓ Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- ✓ A empresas e/ou particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.



Anadia, 28 de fevereiro de 2025

A Mesa Administrativa:

(Provedor: Eng. Carlos António Soares de Matos)

(Vice-Provedor: Nélson de Castro Silva)

(Tesoureiro: Jorge Manuel Santos Castro)

(Secretário: Serafim Manuel Oliveira Pina)

(Vogal: António Manuel Henriques Pereira)

(Vogal: Delfim Manuel Costa Martins Cabeço)

(Vogal: Osvaldo Pereira Dias)



Demonstrações Financeiras

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.701.877,80	2.611.557,23
Ativos intangíveis	5	1.966,11	7.093,10
Investimentos financeiros	11.1	61.641,04	61.650,15
Subtotal		2.765.484,95	2.680.300,48
Ativo corrente			
Inventários	6	116.781,17	114.416,16
Créditos a receber	11.2	504.722,35	1.107.947,84
Estado e outros Entes Públicos	11.9	27.451,35	6.265,32
Diferimentos	11.4	10.320,19	13.066,12
Outros ativos correntes	11.3	1.412.855,41	1.392.170,45
Caixa e depósitos bancários	11.5	2.336.730,80	2.494.554,62
Subtotal		4.408.861,27	5.128.420,51
Total do ativo		7.174.346,22	7.808.720,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	11.6	3.818.828,66	3.686.490,64
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	974.923,48	974.923,48
		5.714.105,23	5.581.767,21
Resultado Líquido do Período		-99.636,65	132.338,02
Total dos fundos patrimoniais		5.614.468,58	5.714.105,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	11.10	100.000,00	105.004,57
Subtotal		100.000,00	105.004,57
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	211.643,10	555.432,51
Estado e outros Entes Públicos	11.9	127.529,91	116.993,26
Financiamentos obtidos	11.7	0,00	134.666,95
Diferimentos	11.4	4.310,00	1.310,00
Outros passivos correntes	11.10	1.116.394,63	1.181.208,47
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.459.877,64	1.989.611,19
Total do passivo		1.559.877,64	2.094.615,76
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.174.346,22	7.808.720,99

28-02-2025

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

cc 90744



Demonstração de Resultados

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	8.286.597,41	7.791.006,25
Subsídios, doações e legados à exploração	8	76.711,46	114.315,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-650.361,86	-630.501,64
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-2.554.466,43	-2.281.745,52
Gastos com o pessoal	9	-4.947.722,92	-4.633.012,10
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-17.405,63	-722,02
Outros rendimentos	11.12	91.989,39	229.301,59
Outros gastos	11.13	-183.406,78	-253.486,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101.934,64	335.155,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	-196.979,32	-195.307,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-95.044,68	139.847,88
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	209,52	244,77
Juros e gastos similares suportados	11.14	-4.801,49	-7.754,63
Resultados Antes de Impostos		-99.636,65	132.338,02
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do Período		-99.636,65	132.338,02

28-02-2025

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Demonstração de Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	8.587.854,31	7.450.910,35
Pagamento a fornecedores	-3.611.718,47	-2.698.612,61
Pagamentos ao pessoal	-4.974.207,19	-4.549.056,82
Caixa gerada pelas operações	1.928,65	203.240,92
Outros recebimentos/pagamentos	212.709,32	-98.112,46
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	214.637,97	105.128,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-282.163,79	-177.973,83
Ativos intangíveis		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	20.000,00	29.615,47
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	29.170,44	99.013,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-232.993,35	-49.344,89
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-134.666,95	-193.002,14
Juros e gastos similares	-4.801,49	-7.554,63
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-139.468,44	-200.556,77
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-157.823,82	-144.773,20
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.494.554,62	2.639.327,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.336.730,80	2.494.554,62

28-02-2025

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

cc 90744



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma Entidade Sem Fins Lucrativos, fundada em 1908, por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, um dos mais influentes políticos portugueses das últimas décadas da Monarquia e chefiou o governo da nação durante vários anos.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Esta Instituição tem a sua sede na Rua Alexandre Seabra, nº 29, em Anadia, com NIPC 501 229 574 exercendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas de Saúde, Terceira Idade e Infância.

Na área da Saúde, detém desde 1 de janeiro de 2015, o Hospital José Luciano de Castro através de Acordo de Cooperação com a ARS Centro, em parceria de gestão com a União das Misericórdias Portuguesas, e desde essa data que, tem por missão, oferecer à população cuidados de saúde diferenciados.

Na área da Terceira Idade dispõem de duas Estruturas Residências para Idosos (Lar José Luciano de Castro e Lar Seabra de Castro) e presta serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Na área da Infância, a SCM Anadia presta serviços de Creche e Pré-Escolar.

A Instituição detém ainda, no seu Palacete Seabra de Castro, o Museu José Luciano de Castro que se encontra aberto à comunidade com exposições permanentes e outras itinerantes.

No ano de 2020, a SCM Anadia deu início a um novo projeto “Anadia Maior” no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) levado a cabo pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Dado o seu sucesso e a necessidade para a população, foi celebrado Protocolo com o Município de Anadia ficando assegurada a comparticipação das despesas em 50% durante o período de um ano com possibilidade de renovações. Foi efetuada candidatura aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5G de forma ao projeto poder vir a integrar um novo eixo de intervenção intitulado “Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção”. É expectável que a decisão de aprovação seja comunicada ainda no primeiro trimestre de 2025. Este projeto será financiado a 100% pelos Fundos Comunitários.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL n.º 158/2009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL n.º 36-A/2011 de 09/03 que é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outros ativos correntes” (Notas 11.3) e “Diferimentos” (Nota 11.4)



Consistência na Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	6-14
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-14
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3



Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Ativos não correntes detidos para Venda (ANCDV)

Os ANCDV são classificados como detidos para venda se a respetiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo uso continuado

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

A venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições

A gestão está comprometida com um plano de venda.

É expectável que a venda se realize num período de 12 meses

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia estimada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Provisões

Periodicamente, a SCMA analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra acima referido.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.



Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Resultados Transitados, ou seja, resultados gerados em períodos anteriores, e
- Ajustamentos/Outras Variações, decorrentes de donativos monetários recebidos e do processo de transição da Norma das ESNL.

Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais – AFT	126.951,21	208.850,00		(315.300,00)		20.501,21
Terrenos e recursos naturais – PI	156.193,59					156.193,59
Edifícios e outras construções – AFT	3.479.974,81	1.181,86				3.481.156,67
Edifícios e outras construções – PI	411.577,40	120.987,48		(99.000,00)	(8.922,97)	424.641,91
Equipamento básico	1.291.356,06	95.263,39	(3.367,37)			1.383.252,08
Equipamento de transporte	195.155,69	22.175,20	(13.795,99)			203.534,90
Equipamento administrativo	85.686,20	8.152,59				93.838,79
Outros ativos fixos tangíveis	13.252,58	6.792,06				20.044,64
Investimentos em curso	26.352,75	45.590,59				71.943,34
Total	5.786.500,29	508.993,17	(17.163,36)	(414.300,00)	(8.922,97)	5.855.107,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais – AFT	-					-
Terrenos e recursos naturais – PI	-					-
Edifícios e outras construções – AFT	1.572.583,32	78.471,21				1.651.054,53
Edifícios e outras construções – PI	241.203,11	8.507,78			(2.498,44)	247.212,45
Equipamento básico	983.236,45	88.662,24	(2.083,73)			1.069.814,96
Equipamento de transporte	192.799,74	4.665,87	(13.795,99)			183.669,62



Equipamento administrativo	68.411,81	9.808,63				78.220,44
Outros ativos fixos tangíveis	12.865,99	711,91				13.577,90
Total	3.071.100,42	190.827,64	(15.879,72)	-	(2.498,44)	3.243.549,90

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais – AFT	20.501,21					20.501,21
Terrenos e recursos naturais – PI	156.193,59					156.193,59
Edifícios e outras construções – AFT	3.481.156,67	7.061,28				3.488.217,95
Edifícios e outras construções – PI	424.641,91				(598,56)	424.043,35
Equipamento básico	1.383.252,08	16.020,70				1.399.272,78
Equipamento de transporte	203.534,90					203.534,90
Equipamento administrativo	93.838,79	26.539,80				120.378,59
Outros ativos fixos tangíveis	20.044,64					20.044,64
Investimentos em curso	71.943,34	232.551,12				304.494,46
Total	5.855.107,13	282.172,90	-	-	(598,56)	6.136.681,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais – AFT	-					-
Terrenos e recursos naturais – PI	-					-
Edifícios e outras construções – AFT	1.651.054,53	78.677,41				1.729.731,94
Edifícios e outras construções – PI	247.212,45	8.495,81			(598,56)	255.109,70
Equipamento básico	1.069.814,96	88.440,70				1.158.255,66
Equipamento de transporte	183.669,62	5.543,80				189.213,42
Equipamento administrativo	78.220,44	9.370,39				87.590,83
Outros ativos fixos tangíveis	13.577,90	1.324,22				14.902,12
Total	3.243.549,90	191.852,33	-	-	(598,56)	3.434.803,67

A SCMA detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira (nota 11.7):

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Equipamento Básico	-	52,10	52,10	26.407,44	52,10	26.459,54
Total	-	52,10	52,10	26.407,44	52,10	26.459,54

A SCMA tem um conjunto de ativos, terrenos e edifícios, cuja finalidade e intenção é a venda. Estes imóveis, estão apresentados no balanço na rubrica de “Outros ativos correntes” tal como evidenciados na tabela seguinte (vide nota 11.3):

Descrição	2024	2023
Casas de Habitação	114.376,11	15.376,11
Casa de Habitação Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação - Avenida 5 outubro - Anadia	99.000,00	99.000,00
Propriedades Rústicas	256.500,00	256.500,00
Terrenos Rústicos	256.500,00	256.500,00
Total	370.876,11	15.376,11



Em Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2020 foi autorizada pelos Irmãos a venda do imóvel na Moita, não tendo até à data sido efetuada a sua venda.

A casa de habitação sita em Anadia bem como as propriedades rústicas, foram autorizadas para venda em Assembleia Geral realizada em 28 de novembro de 2022.

A Mesa Administrativa continua comprometida na venda dos imóveis acima identificados.

Em relação aos 35 prédios rústicos doados em testamento por Cremilde Rodrigues Marques, encontram-se os mesmos já reconhecidos na sua totalidade com referência a 31/12/2023, sendo que à presente data, foram já vendidos 25.

Os Investimentos em curso, referem-se às obras do Complexo Seabra de Castro (279.919,06 €) e à empreitada de beneficiação energética do HJLC, que não se encontravam concluídas.

Finalmente, informa-se que na rubrica “Edifícios e outras construções – AFT” o Edifício afeto ao HJLC que se encontrava dado como garantia (hipoteca) do financiamento bancário, se encontra na presente data livre de qualquer ónus dado o financiamento em causa ter terminado em agosto de 2024.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Programas de Computador	26.114,77	2.913,13	-	-	-	29.027,90
Total	26.114,77	2.913,13	-	-	-	29.027,90
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	17.455,11	4.479,69	-	-	-	21.934,80
Total	17.455,11	4.479,69	-	-	-	21.934,80

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Programas de Computador	29.027,90	-	-	-	-	29.027,90
Total	29.027,90	-	-	-	-	29.027,90
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	21.934,80	5.126,99	-	-	-	27.061,79
Total	21.934,80	5.126,99	-	-	-	27.061,79



6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2024	2023
Géneros Alimentares	4.563,60	3.110,20
Material Clínico	75.278,59	74.303,91
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	13.211,88	13.778,10
Produtos Farmacêuticos	23.727,10	23.223,95
Total	116.781,17	114.416,16

CMVMC	2024	2023
Saúde	-388.420,53	-364.122,54
Social	-261.941,33	-266.379,10
Total	-650.361,86	-630.501,64

Os inventários referem-se ao *stock* físico existente na SCMA em 31/12/2024 e em 31/12/2023, é composto essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e material administrativo.

7. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	394.453,11	393.425,83
Infância e Juventude - Comparticipação Familiar	49.183,20	77.770,73
Infância e Juventude - Comparticipação ISS	345.269,91	315.655,10
Terceira Idade	1.940.711,48	1.745.952,68
Terceira Idade - Comparticipação Familiar	1.048.872,25	929.363,97
Terceira Idade - Comparticipação ISS	891.839,23	816.588,71
Saúde - Hospital	5.918.144,61	5.619.772,45
Quotas e Joias	3.668,50	3.508,50
Outros rendimentos	29.619,71	28.346,79
Total	8.286.597,41	7.791.006,25

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço.

As prestações de serviços da SCM Anadia na área social sofreram um aumento na área da Terceira Idade de 12%, essencialmente devido à revisão de mensalidades.

Na área da saúde constatamos que se verificou aumento de 7% nos serviços prestados.

Na componente hospitalar, no que respeita à produção realizada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), o rédito é reconhecido no momento da realização das cirurgias e mensurado pelo valor indicado nos vales cirúrgicos cativados. Eventuais ajustes face à codificação dos atos praticados, nos termos da portaria que regula os preços, são prudentemente registados quando



validados por parte da Administração Regional de Saúde (ARS) e respetivo hospital de origem.

Atividade	Designação	2024	2023
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta Externa	349.016,22	418.425,00
	Cirurgia ambulatório	2.216.023,68	2.146.580,62
	Incentivos	134.999,81	134.999,81
SIGIC	Cirurgia ambulatório	584.998,78	551.757,43
Atividade Convencionada	MCDT	809.240,67	714.952,91
Atividade Própria	Consulta Aberta	331.719,57	226.824,31
Atividade Própria	UCC	1.492.145,88	1.426.232,37
Total		5.918.144,61	5.619.772,45

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo	32.951,00	32.736,28
Centro Regional de Segurança Social	32.951,00	32.736,28
Infância e Juventude	32.951,00	32.736,28
Apoios do Governo	43.760,46	81.579,15
IEFP - CEI+	7.505,83	-
ISS - CLDS 4G - Anadia Maior	-	58.212,78
Município de Anadia - Anadia Maior	30.000,00	15.000,00
Município de Anadia	6.000,00	5.250,00
Outros	254,63	3.116,37
Total	76.711,46	114.315,43

9. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2024 foi de 21 elementos e em 2023 foi de 17 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 236 e em 2023 foi de 233.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3.783.934,83	3.544.609,84
Encargos sobre as Remunerações	814.177,65	766.608,59
Caixa Geral de Aposentações	92.766,77	95.829,78
Segurança Social	721.410,88	670.443,42
Fundo de Compensação	-	335,39
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29.094,62	25.639,92
Outros Gastos com o Pessoal	320.515,82	296.153,75
Total	4.947.722,92	4.633.012,10



O aumento que se verifica nos Gastos com Pessoal prende-se essencialmente com o aumento do salário mínimo nacional de 760,00€ para 820,00€.

A 31/12/2024 a SCMA contava com os seguintes recursos humanos no seu quadro de pessoal:

		236
SAÚDE	Assistentes Administrativos	16
	Auxiliares de Ação Médica	26
	Diretor-Coordenador	1
	Enfermeiros	23
	Médicos	1
	Outros	2
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	19
	Técnicos Superiores	10
	Trabalhadores de Serviços Gerais	13
	SOCIAL	Infância
Auxiliares		8
Educadoras de Infância		5
Trabalhadores de Serviços Gerais		7
Terceira Idade		
Auxiliares		49
Técnicos Superiores		9
Trabalhadores de Serviços Gerais		21
Apoio às diversas respostas sociais		
Enfermeiros		2
Outros		3
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica		2
Trabalhadores afetos à cozinha		10
Trabalhadores de Serviços Gerais		1
CULTURA	Técnicos Superiores	1
ANADIA MAIOR	Técnicos Superiores	3
APOIO ADMINISTRATIVO	Assistentes Administrativos	2
	Diretor-Coordenador	1
	Técnicos Superiores	1

No momento o quadro da instituição conta com cerca de 17 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros	2024	2023
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - FCT	55.614,05	55.614,05
Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-44,87	-35,76
Total Líquido	61.641,04	61.650,15

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na "Agrofelgue, Lda" sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.

Os investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2023

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-2022	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-2023
Agrofelgue Lda	Anadia	90.297,30	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
					0,00			
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25

31 de Dezembro de 2024

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-2024	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-2024
Agrofelgue Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
					0,00		0,00	0,00
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25



Os saldos e transações com a associada “**Agrofelgue, Lda**” apresentam-se no quadro seguinte:

Transações	2024	2023
Rendas	12.000,00 €	12.000,00 €
Saldos	2024	2023
Empréstimos concedidos	1.643,26 €	1.643,26 €
Contas a receber	60.000,00 €	48.000,00 €

B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-24	31-dez-23
Método Justo valor		
Ações CCAM	100,00	100,00
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	1.585,21
Outros Investimentos - FCT	55.614,05	55.614,05
	57.548,66	57.548,66
Perdas por imparidade acumuladas	-44,87	-35,79
Sub-Total	57.503,79	57.512,87
Total Líquido	57.503,79	57.512,87

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas, permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho. Consequentemente, as entidades empregadoras poderão utilizar o valor disponível no fundo em (i) pagamento de indemnizações, (ii) formação dos trabalhadores, (iii) apoio à habitação dos trabalhadores jovens e ainda (iv) outros investimentos realizados de



comum acordo entre o empregador e as estruturas representativas dos trabalhadores, como refeitórios ou creches.

11.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Créditos a receber		
Utentes	102.162,11	107.990,39
Clientes e Utentes factoring	402.560,24	999.957,45
Clientes	402.560,24	999.957,45
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	17.397,98	941,58
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	(17.397,98)	(941,58)
Total	504.722,35	1.107.947,84

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes		
ARS CENTRO	133.499,40	532.878,09
Faturação de MCDT - Credencial	136.790,98	-
Hospitais - SIGIC	113.062,84	449.495,35
Clientes Gerais	2.174,56	1.064,67
Avenças	16.041,74	15.940,84
Seguradoras	990,72	578,50
Utentes	17.397,98	941,58
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	- 17.397,98	- 941,58
Total	504.722,35	1.107.947,84

O saldo do cliente “ARS Centro” deve-se essencialmente aos valores referentes a dezembro da U.C.C. e a parte dos MCDT’s que foram faturados no final do ano, estando o mesmo a ser regularizado a 120 dias (aproximadamente).

As perdas por imparidade registadas, respeitam a débitos de utentes das várias respostas sociais, não obstante as tentativas de cobrança, não foi ainda possível receber.

O saldo “Hospitais-SIGIC”, é relativo a dívidas de hospitais públicos resultante da atividade cirúrgica desenvolvida pela SCMA, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), programa de combate às listas de espera para cirurgia

11.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Outras Entidades - reembolsos pedidos	3.810,09	-
Ministério da Educação	33.104,76	35.886,20
ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior	15.000,00	55.935,75



Outros Devedores	2.191,00	324,55
Faturação a ACSS e ARS	598.976,68	662.446,48
Faturação SIGIC	328.296,77	218.618,91
Rendas a cobrar	60.600,00	48.000,00
Ativos correntes detidos para venda		
Casa de Habitação, Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação, Anadia	99.000,00	99.000,00
10 - Prédios rústicos	256.500,00	256.500,00
Total	1.412.855,41	1.392.088,00

A rubrica "ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior" refere-se aos montantes reconhecidos como subsídios, que se encontram deduzidos dos montantes recebidos.

A "Faturação a ACSS e ARS" continua a apresentar um elevado valor pois inclui o montante do acréscimo de rendimentos no valor de 3.027.761,95€ (3.060.303,52€ em 2023), dos quais 2.700.039,71€ (2.700.005,43€ em 2023), dizem respeito à produção efetuada e ainda não faturada conforme o Acordo de Cooperação celebrado com a ARS, e que se encontra compensado com os adiantamentos efetuados por aquela entidade no montante de 2.429.981,40€ (2.429.981,40€ em 2023), por não serem suscetíveis de retorno, considerando que os serviços foram efetivamente prestados.

Importa sublinhar que o montante do acréscimo inclui a verba relativa aos Incentivos à produção contratada no valor de 134.999,81€ (134.999,81€ em 2023), montante que carece do cumprimento do Índice Global do Desempenho, tal como definido no Acordo de Cooperação.

No entanto, pese embora as solicitações da SCMA, a ARS, a exemplo de anos anteriores, não divulgou ainda a totalidade dos indicadores de desempenho. Contudo, é entendimento da SCMA, que mesmo que os referidos indicadores não sejam atingidos na sua plenitude, não está em causa o pagamento dos Incentivos, a exemplo de anos anteriores.

A faturação SIGIC corresponde a atos cirúrgicos praticados, ainda não validados pela ARS e por isso não faturados (nota 7).

O valor presente na rubrica "Ativos não Correntes Detidos para Venda" diz respeito à casa de habitação sita na Moita (Anadia), cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral realizada em 30 de Novembro de 2020 e a casa de habitação sita em Anadia bem como as propriedades rústicas, autorizadas para venda em Assembleia Geral realizada em 28 de novembro de 2022.

Descrição	2024	2023
Casas de Habitação	114.376,11	114.376,11
Casa de Habitação Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação - Avenida 5 outubro - Anadia	99.000,00	99.000,00
Propriedades Rústicas	256.500,00	256.500,00
Terrenos Rústicos	256.500,00	256.500,00
Total	370.876,11	370.876,11



11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	2.721,51	6.911,43
Contratos de manutenção	6.344,08	4.900,09
Proteção Dados - Responsável contratado	1.254,60	1.254,60
Total	10.320,19	13.066,12
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	1.310,00	1.310,00
Quotizações	3.000,00	-
Total	4.310,00	1.310,00

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	2.083,98	2.400,00
Depósitos à ordem	985.802,24	1.104.847,75
Depósitos a prazo	1.350.000,00	1.400.000,00
Outros - Conta Utentes	(1.155,42)	(12.693,13)
Total	2.336.730,80	2.494.554,62

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 2.083,98€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.
- ✓ A conta designada “Outros - Conta Utentes”, cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF’s procedeu-se à compensação dos saldos.

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01 janeiro 2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2024
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	3.686.490,64	132.338,02	-	3.818.828,66
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	974.923,48	-	-	974.923,48
Total	5.581.767,21	132.338,02	-	5.714.105,23



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2024 salienta-se o seguinte:

- ❖ O aumento na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2023 conforme deliberação em Assembleia Geral de 25 de março de 2024.
- ❖ Quanto aos aumentos na rubrica de Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais, resultam do registo de doações de bens imóveis.

11.7. Financiamentos Obtidos

No ano de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi autorizada a hipoteca do Edifício Hospital José Luciano de Castro com o objetivo de poder contratar um financiamento bancário para fazer face aos elevados gastos inerentes às obras de requalificação do HJLC, nomeadamente as obras na Unidade de Cuidados Continuados e na Medicina Física e de Reabilitação.

Deste modo, foi contratado um financiamento bancário com a Instituição de Crédito – “Caixa Económica Montepio Geral” no montante de 1.000.000,00€, a ser amortizado em 74 prestações mensais, tendo tido o seu início em Agosto de 2018 e o seu termo em Agosto de 2024.

Foi constituída hipoteca legal sobre o edifício afeto ao HJLC com um MMA de 4.000.000€.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-		-	114.780,31		114.780,31
Loações Financeiras	-		-	19.886,64		19.886,64
Total	-	-	-	134.666,95	-	134.666,95

Devido ao desgaste do equipamento de Raio-X existente para a realização de MCDT's, em outubro de 2021 foi adquirido um novo equipamento especializado para a valência de Imagiologia no valor de 90.500,00€.

O mesmo foi adquirido em regime de locação financeira por um período de 3 anos (36 prestações), sendo o valor da prestação mensal de 2.170,41€ à exceção da 1ª prestação que ascendeu a 13.567,95€.

Na presente data a referida locação já se encontra liquidada na sua totalidade, tendo o referido equipamento sido adquirido pelo seu valor residual, de acordo com o inicialmente contratualizado.

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Equipamento Básico	-	52,10	52,10	26.407,44	52,10	26.459,54
Total	-	52,10	52,10	26.407,44	52,10	26.459,54



Descrição	2024			2023		
	Custo Aquisição	Dep. Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo Aquisição	Dep. Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento Raio-X	90.452,97 €	29.062,53 €	61.390,44 €	90.452,97 €	16.145,85 €	74.307,12 €

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	211.643,10	555.432,51
Total	211.643,10	555.432,51

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	97.660,19	-	-	113.982,91	211.643,10
	97.660,19	0,00	0,00	113.982,91	211.643,10

Não sendo prática habitual desta Instituição o pagamento a fornecedores num período superior a 90 dias da data das faturas, é possível verificar um saldo de 113.982,91€ que respeita a obras executadas no HJLC. Contudo, o referido valor encontra-se em dívida já que é entendimento da Mesa que a obra não se encontra concluída, e por isso não entregue, apresenta defeitos e incorreções, pelo que o valor encontra-se reservado a título de garantia que não foi constituída pelo empreiteiro. A este propósito importa referir que o empreiteiro moveu ação judicial contra a SCMA, reclamando a dívida, que a Misericórdia contestou alegando incompetência material do Tribunal. Entretanto, a SCMA apresentou reconvenção contra o autor, que aguarda decisão.

Os restantes valores já se encontram liquidados à data de elaboração do presente documento.

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.175,67	1.374,80
CGA - Valor a ser restituído	11.275,68	4.890,52
Total	27.451,35	6.265,32
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	36.523,83	34.382,58
CGA	9.617,86	9.631,32
Segurança Social	81.388,22	72.979,36
Outras Tributações - FCT e FGCT	-	-
Total	127.529,91	116.993,26



R

O ativo no valor de 16.175,67€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do valor do IVA em todas as faturas da alimentação e obras realizadas no Complexo Seabra de Castro.

O ativo no valor de 11.275,68€ corresponde a encargos com as pensões complementares dos trabalhadores da função pública em regime de cedência. O referido valor será restituído pela ARS Centro, responsável pelo pagamento do mesmo.

As restantes rúbricas correspondem a encargos referentes ao mês de dezembro cujo pagamento só é exigido nos meses seguintes.

11.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar	-	725.811,30	-	704.738,85
Honorários a liquidar	-	131.678,10	-	174.048,50
Quotização da UMP	-	171.521,64	-	218.294,76
ARS - Taxas Moderadoras	-	1.181,20	-	445,20
ARS - Compensação Investimento não amortizado	-	50.045,69	5.004,57	45.041,12
Outros credores	-	36.156,70	-	38.557,59
Contrato - JMFS	100.000,00	-	100.000,00	-
Total	100.000,00	1.116.394,63	105.004,57	1.181.126,02

A sub-rubrica “*Remunerações a pagar*”, refere-se a encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2025.

A sub-rubrica “*Honorários a liquidar*” refere-se essencialmente a serviços prestados por colaboradores, cujos serviços foram efetuados em dezembro de 2024, mas que de acordo com as regras em uso apenas foram faturados no início de 2025.

A sub-rubrica “*Quotização da UMP*” refere-se ao reconhecimento do gasto relativo à quota-parte dos resultados positivos alcançados na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 12.13).

A sub-rubrica – “*ARS – Taxas Moderadoras*”, refere-se ao valor cobrado aos utentes que tem que ser entregue à ARS conforme estipulado no Acordo de Cooperação.

A sub-rubrica – “*ARS – Compensação Investimento não amortizado*”, refere-se ao valor dos ativos conforme descrito na Nota 5., e que deverá ser paga à ARS durante o período de vigência do Acordo de Cooperação (10 anos com início em 2015).

A sub-rubrica “*Outros credores*” respeita à aplicação do princípio do acréscimo em relação a um conjunto de despesas (eletricidade, água e outras), que são gastos de 2024, mas que apenas foram faturadas em 2025 e ainda de verbas a imputar em períodos futuros



11.11. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	295.116,49	274.485,04
Serviços especializados	1.661.747,54	1.481.333,37
Materiais	90.682,88	88.290,45
Energia e fluídos	372.741,47	330.971,41
Deslocações, estadas e transportes	10.225,23	17.868,34
Serviços diversos (*)	123.952,82	88.796,91
Seguros	39.270,38	29.783,93
Comunicação	24.158,66	19.912,87
Limpeza, higiene e conforto	16.355,47	14.316,51
Total	2.554.466,43	2.281.745,52

11.12. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.587,96	2.385,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	62.055,00	74.026,12
Rendimentos suplementares - Venda de Madeira	-	70.370,00
Outros rendimentos e ganhos	27.346,43	82.519,99
Total	91.989,39	229.301,59

A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” refere-se ao valor das rendas cobradas do património imobiliário que se encontra em regime de arrendamento e aos ganhos obtidos nas vendas dos imóveis.

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” inclui essencialmente donativos em dinheiro e espécie no valor de 13.124,19€ e 6.332,56€.

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Taxas	2.622,70	2.577,91
Descontos de pronto pagamento concedidos	34,18	28,45
Gastos e perdas investimentos não financeiros	5.053,26	9.245,21
Outros Gastos e Perdas	1.175,00	20.340,45
Quotizações à UMP	174.521,64	221.294,76
Total	183.406,78	253.486,78

A sub-rubrica “Quotizações à UMP” no montante de 174.521,64€ (221.294,76€ em 2023) refere-se ao reconhecimento do gasto do ano de 2024, referente à quota parte dos resultados positivos alcançadas na valência hospitalar, nos termos do acordo em parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.11).



11.14. Juros e Rendimentos similares Obtidos e Suportados

As rubricas de “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e rendimentos similares suportados” encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.801,49	7.754,63
Total	4.801,49	7.754,63
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	209,52	244,77
Total	209,52	244,77
Resultados financeiros	(4.591,97)	(7.509,86)

O valor apresentado em juros suportados refere-se a juros referentes ao financiamento bancário contraído em 2017 no montante de 1.000.000,00€ e a locação financeira contraída em outubro de 2021 no montante de 73.539,00€.

11.15. Fluxos de Caixa

A demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e os pagamentos de Caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- A 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.
- Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários. Não existem financiamentos de curto prazo.
- Nos pagamentos ao pessoal foram incluídos os valores relativos a IRS, Segurança Social, CGA e ADSE.

11.16. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2021, foi intentada ação de responsabilidade civil por ato médico (negligência médica) contra a SCMA e Hospital José Luciano de Castro, no valor de cerca de 595 mil euros. O Hospital tem seguro de responsabilidade civil para atos médicos, pelo que a seguradora foi chamada ao processo. A SCMA e o HJL refutam e não aceitam a existência de negligência médica alegada, pelo que consideram remota a possibilidade de vir a ser condenada.

Aguarda-se prolação de despacho saneador e marcação de julgamento.

Existe ainda um processo em curso com um fornecedor, tal como divulgado na nota 11.8

11.17. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.



Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 28 de fevereiro de 2025.



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

Anexo Auxiliar

1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo

	2024	2023
Vendas e serviços prestados	8.306.993,23 €	7.811.762,43 €
Subsídios, doações e legados à exploração	76.711,46 €	114.315,43 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 650.361,86 €	- 630.501,64 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.642.245,61 €	- 2.369.885,06 €
Gastos com pessoal	- 4.947.722,92 €	- 4.633.012,10 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 17.396,52 €	- 722,02 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- 9,11 €	- €
Outros rendimentos	159.372,75 €	296.684,95 €
Outros gastos	- 183.406,78 €	- 253.486,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	101.934,64 €	335.155,21 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 196.979,32 €	- 195.307,33 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 95.044,68 €	139.847,88 €
Juros e rendimentos similares obtidos	209,52 €	244,77 €
Juros e gastos similares suportados	- 4.801,49 €	- 7.754,63 €
Resultado Antes de impostos	- 99.636,65 €	132.338,02 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 99.636,65 €	132.338,02 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”

	Saúde	Social	Cultura	"Anadia Maior"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	5.938.540,43 €	2.368.452,80 €	- €	- €	8.306.993,23 €
Subsídios, doações e legados à exploração	- €	46.711,46 €	- €	30.000,00 €	76.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 388.420,53 €	- 261.803,76 €	- €	- 137,57 €	- 650.361,86 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.262.691,16 €	- 372.801,02 €	- 1.785,33 €	- 4.968,10 €	- 2.642.245,61 €
Gastos com pessoal	- 2.674.652,42 €	- 2.202.029,97 €	- 16.538,97 €	- 54.501,56 €	- 4.947.722,92 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 598,51 €	- 16.798,01 €	- €	- €	- 17.396,52 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- 9,11 €	- €	- €	- 9,11 €
Outros rendimentos	1.320,49 €	158.052,26 €	- €	- €	159.372,75 €
Outros gastos	- 177.233,52 €	- 6.173,26 €	- €	- €	- 183.406,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	436.264,78 €	- 286.398,61 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	101.934,64 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 113.859,29 €	- 83.120,03 €	- €	- €	- 196.979,32 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	322.405,49 €	- 369.518,64 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	- 95.044,68 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	209,52 €	- €	- €	209,52 €
Juros e gastos similares suportados	- 4.801,49 €	- €	- €	- €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	317.604,00 €	- 369.309,12 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	- 99.636,65 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	317.604,00 €	- 369.309,12 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	- 99.636,65 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde

	2024	2023
Vendas e serviços prestados	5.938.540,43 €	5.640.528,63 €
Subsídios, doações e legados à exploração	- €	- €
Outros	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 388.420,53 €	- 367.827,24 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.262.691,16 €	- 2.048.265,28 €
Gastos com pessoal	- 2.674.652,42 €	- 2.466.622,74 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 598,51 €	- €
Outros rendimentos	1.320,49 €	617,86 €
Outros gastos	- 177.233,52 €	- 241.902,37 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	436.264,78 €	516.528,86 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 113.859,29 €	- 87.731,48 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	322.405,49 €	428.797,38 €
Juros e gastos similares suportados	- 4.801,49 €	- 7.754,63 €
Resultado Antes de Impostos	317.604,00 €	421.042,75 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	317.604,00 €	421.042,75 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social

	2024	2023
Vendas e serviços prestados	2.368.452,80 €	2.171.233,80 €
Subsídios, doações e legados à exploração	46.711,46 €	41.102,65 €
ISS, IP - Centros Distritais	46.711,46 €	41.102,65 €
Outros	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 261.803,76 €	- 262.146,72 €
Fornecimentos e serviços externos	- 372.801,02 €	- 304.326,81 €
Gastos com pessoal	- 2.202.029,97 €	- 2.073.618,57 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 16.798,01 €	- 722,02 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- 9,11 €	- €
Outros rendimentos	158.052,26 €	296.067,09 €
Outros gastos	- 6.173,26 €	- 11.584,41 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 286.398,61 €	- 143.994,99 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 83.120,03 €	- 107.575,85 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 369.518,64 €	- 251.570,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos	209,52 €	244,77 €
Resultado Antes de Impostos	- 369.309,12 €	- 251.326,07 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 369.309,12 €	- 251.326,07 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais

	Saúde	Infância	Terceira Idade	Cultura	Projeto "Anadia Maior"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	5.938.540,43 €	395.150,13 €	1.973.302,67 €	- €	- €	8.306.993,23 €
Subsídios, doações e legados à exploração	- €	37.259,73 €	9.451,73 €	- €	30.000,00 €	76.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 388.420,53 €	- 30.863,64 €	- 230.940,12 €	- €	- 137,57 €	- 650.361,86 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.262.691,16 €	- 58.775,11 €	- 314.025,91 €	- 1.785,33 €	- 4.968,10 €	- 2.642.245,61 €
Gastos com pessoal	- 2.674.652,42 €	- 471.223,43 €	- 1.730.806,54 €	- 16.538,97 €	- 54.501,56 €	- 4.947.722,92 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 598,51 €	- 3.784,25 €	- 13.013,76 €	- €	- €	- 17.396,52 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	- 9,11 €	- €	- €	- 9,11 €
Outros rendimentos	1.320,49 €	30.391,62 €	127.660,64 €	- €	- €	159.372,75 €
Outros gastos	- 177.233,52 €	- 1.071,84 €	- 5.101,42 €	- €	- €	- 183.406,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	436.264,78 €	- 102.916,79 €	183.481,82 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	101.934,64 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 113.859,29 €	- 15.631,48 €	- 67.488,55 €	- €	- €	- 196.979,32 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	322.405,49 €	- 118.548,27 €	250.970,37 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	95.044,68 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	39,83 €	169,69 €	- €	- €	209,52 €
Juros e gastos similares suportados	- 4.801,49 €	- €	- €	- €	- €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	317.604,00 €	- 118.508,44 €	250.800,68 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	99.636,65 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	317.604,00 €	- 118.508,44 €	250.800,68 €	- 18.324,30 €	- 29.607,23 €	99.636,65 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Cardiologia	Consulta Particular	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	1.492.145,88 €	2.929.117,41 €	397.615,86 €	604.296,49 €	164.092,72 €	243.942,07 €	107.330,00 €	5.938.540,43 €
Subsídios, doações e legados à exploração	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 72.648,96 €	- 281.932,90 €	- 17.206,92 €	- 14.352,12 €	- 726,90 €	- 664,23 €	- 888,50 €	- 388.420,53 €
Fornecimentos e serviços externos	- 565.891,72 €	- 823.875,09 €	- 283.204,29 €	- 175.926,62 €	- 132.210,81 €	- 208.862,57 €	- 72.720,06 €	- 2.262.691,16 €
Gastos com pessoal	- 947.230,55 €	- 656.128,13 €	- 285.298,90 €	- 454.205,02 €	- 37.383,66 €	- 192.057,38 €	- 102.348,78 €	- 2.674.652,42 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	- 598,51 €	- €	- 598,51 €
Outros rendimentos	865,56 €	256,80 €	110,06 €	40,37 €	3,67 €	36,69 €	7,34 €	1.320,49 €
Outros gastos	- 41.136,59 €	- 58.540,58 €	- 31.807,31 €	- 21.086,85 €	- 1.758,33 €	- 17.641,98 €	- 5.261,88 €	- 177.233,52 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 133.896,38 €	1.108.897,51 €	- 219.791,50 €	- 61.233,75 €	- 7.983,31 €	- 175.845,91 €	- 73.881,88 €	436.264,78 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 24.158,28 €	- 53.591,55 €	- 8.996,47 €	- 4.325,93 €	- 299,88 €	- 2.998,83 €	- 19.488,35 €	- 113.859,29 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 158.054,66 €	1.055.305,96 €	- 228.787,97 €	- 65.559,68 €	- 8.283,19 €	- 178.844,74 €	- 93.370,23 €	322.405,49 €
Juros e rendimentos similares suportados	- 1.730,60 €	- €	- €	- 931,86 €	- €	- €	- 2.139,03 €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	- 159.785,26 €	1.055.305,96 €	- 228.787,97 €	- 66.491,54 €	- 8.283,19 €	- 178.844,74 €	- 95.509,26 €	317.604,00 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 159.785,26 €	1.055.305,96 €	- 228.787,97 €	- 66.491,54 €	- 8.283,19 €	- 178.844,74 €	- 95.509,26 €	317.604,00 €

7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

	LAR José L. Castro	LAR Seabra Castro	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILI.	CRECHE	PRÉ- ESCOLAR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	652.941,45 €	843.727,45 €	115.680,93 €	360.952,84 €	241.917,66 €	153.232,47 €	2.368.452,80 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.381,00 €	3.959,43 €	1.376,60 €	1.734,70 €	12.753,96 €	24.505,77 €	46.711,46 €
ISS, IP - Centros Distritais	2.381,00 €	3.959,43 €	1.376,60 €	1.734,70 €	12.753,96 €	24.505,77 €	46.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 78.684,77 €	- 98.250,71 €	- 19.678,49 €	- 34.326,15 €	- 11.662,68 €	- 19.200,96 €	- 261.803,76 €
Fornecimentos e serviços externos	- 97.039,95 €	- 123.069,98 €	- 41.176,45 €	- 52.739,53 €	- 25.598,61 €	- 33.176,50 €	- 372.801,02 €
Gastos com pessoal	- 640.556,26 €	- 678.514,79 €	- 127.519,94 €	- 284.215,55 €	- 278.210,13 €	- 193.013,30 €	- 2.202.029,97 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	401,28 €	- 13.415,04 €	- €	- €	- €	- 3.784,25 €	- 16.798,01 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- 9,11 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 9,11 €
Outros rendimentos	36.996,03 €	44.244,82 €	24.390,38 €	22.029,41 €	12.379,86 €	18.011,76 €	158.052,26 €
Outros gastos	- 268,80 €	- 2.829,04 €	- 836,14 €	- 1.167,44 €	- 493,84 €	- 578,00 €	- 6.173,26 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 123.839,13 €	- 24.147,86 €	- 47.763,11 €	12.268,28 €	- 48.913,78 €	- 54.003,01 €	- 286.398,61 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 19.745,04 €	- 23.062,22 €	- 13.163,36 €	- 11.517,93 €	- 6.581,68 €	- 9.049,80 €	- 83.120,03 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 143.584,17 €	- 47.210,08 €	- 60.926,47 €	750,35 €	- 55.495,46 €	- 63.052,81 €	- 369.518,64 €
Juros e rendimentos similares obtidos	50,30 €	56,54 €	33,52 €	29,33 €	16,77 €	23,06 €	209,52 €
Resultado Antes de Impostos	- 143.533,87 €	- 47.153,54 €	- 60.892,95 €	779,68 €	- 55.478,69 €	- 63.029,75 €	- 369.309,12 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 143.533,87 €	- 47.153,54 €	- 60.892,95 €	779,68 €	- 55.478,69 €	- 63.029,75 €	- 369.309,12 €

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por "SCMA" ou "Entidade") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 7.174.346 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.614.469 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 99.637 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 11 de março de 2025

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira – ROC n.º 851

Registado na CMVM com o n.º 20160475